

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

CECÍLIA CARINA MASIEIRO

**ESTRATÉGIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO INTERESTADUAL DE MADEIRAS
DE LEI: UM ESTUDO DE CASO NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E SANTA
CATARINA**

CRICIÚMA

2013

CECÍLIA CARINA MASIEIRO

**ESTRATÉGIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO INTERESTADUAL DE MADEIRAS
DE LEI: UM ESTUDO DE CASO NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E SANTA
CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do grau de Bacharel em Administração, no
Curso de Administração da Universidade do
Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini

CRICIÚMA

2013

CECÍLIA CARINA MASIEIRO

**ESTRATÉGIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO INTERESTADUAL DE MADEIRAS
DE LEI: UM ESTUDO DE CASO NOS ESTADOS DE RONDÔNIA E SANTA
CATARINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção do grau de Bacharel em Administração, no
Curso de Administração da Universidade do
Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini

Criciúma, 29 de novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Orientador - Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini

DEDICATÓRIA

A minha família, em especial aos meus
sobrinhos Henry, Luísa e Lorenzo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus e aos meus pais Celso e Cleir, que estiveram ao meu lado durante as dificuldades e conquistas encontradas nesse momento tão importante em minha vida.

Agradeço a toda minha família e amigos em especial minha madrinha Silvia Gimenez e minhas amigas Daiane Gregorine, Fernanda Felisberto e Suzen da Rocha, que sempre me ajudaram e incentivaram.

Aos meus colegas de sala Richéli Villain, Benoni J. Felizardo Junior, Alex Marcineiro e John Lennon Anacleto, que desde o início do curso me auxiliaram e me acolheram com muito carinho em sua turma, sempre um ajudando e auxiliando o outro como irmãos, vou lembrar minha vida inteira de vocês.

Agradeço imensamente ao meu orientador Miguelangelo Gianezini, que muito contribuiu com seus conhecimentos para que eu pudesse passar por mais essa etapa na minha vida.

Muito Obrigada!

RESUMO

MASIEIRO, Cecília Carina. **Estratégias para comercialização interestadual de madeiras de lei: um estudo de caso nos estados de Rondônia e Santa Catarina.** 2013. 58 páginas. Monografia do curso de Administração, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

A utilização de madeira tem, ao longo da história, um papel significativo para o desenvolvimento da humanidade. Contudo, este recurso natural foi explorado ao limite, o que levou a iniciativas de conservação e manejo, que por sua vez resultaram em novas demandas para comercialização de madeiras nas últimas décadas, em especial, para aquelas denominadas de madeiras de lei. Partindo desse contexto, o objetivo geral dessa monografia foi apresentar e analisar as condições de comércio de madeira de lei entre empresas localizadas nos estados de Rondônia e Santa Catarina. Para tal foram realizadas pesquisas bibliográficas, levantamento documental e pesquisa de campo com entrevistas, junto aos gestores de empresas de extração, transporte e comercialização de madeira. Os dados tiveram origem primária, representados pelas informações coletas junto aos gestores; e secundária, representadas pelas fontes de dados do IBAMA e do MMA. Também foram utilizados artigos científicos disponíveis na base de dados *Scientific Electronic Library Online*, bem como livros e periódicos disponíveis na biblioteca da UNESC. A partir do levantamento documental e das entrevistas foi possível verificar as etapas do processo de extração de madeira de lei, analisando todos os documentos legais envolvidos, bem como a atuação dos órgãos governamentais no processo estudado. Também foi descrito o transporte de madeira de lei entre as empresas fornecedoras e compradoras. Esses resultados permitiram compreender as condições de comércio interestadual, incluindo seus desafios e oportunidades.

Palavras-chave: Estratégia. Comercialização. Madeira de lei.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da rota entre Rondônia e Sul de Santa Catarina**Erro! Indicador não definido.**

Figura 2 - Mapa do Sul de Santa Catarina, cidades de localização das empresas compradoras.**Erro! Indicador não definido.**

Figura 3 - Mapa do Estado de Rondônia.....**Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Gestores de empresas entrevistados.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 2 - Síntese do delineamento da pesquisa	Erro! Indicador não definido.
Quadro 3 - Do valor cobrado no transporte interestadual.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA	14
2.2 ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO	15
2.3 DOS USOS DA MADEIRA	16
2.4 PERSPECTIVA HISTÓRIA DO USO COMERCIAL DAS MADEIRAS DE LEI	17
2.5 O MERCADO MADEIREIRO NO NORTE DO BRASIL.....	19
2.6 CERTIFICAÇÃO E O MANEJO FLORESTAL.....	20
2.6.1 Conceitos de manejo e suas características	22
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	25
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E POPULAÇÃO ALVO	26
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	27
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	28
3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
4.1 REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO E CERTIFICAÇÃO.....	30
4.1.1 Licenciamento ambiental.....	31
4.1.2 DOF – Documento de Origem Florestal.....	33
4.1.3 Registros.....	33
4.2 ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO ESTUDADO	34
4.3 DO TRANSPORTE DA MADEIRA	35
4.4 DOS CUSTOS E CONDIÇÕES ENVOLVIDOS	38
4.5 DAS CONDIÇÕES DE COMÉRCIO INTERESTADUAL	40
4.6 DAS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO	41
REFERÊNCIAS.....	45

APÊNDICE.....50
ANEXOS53

1 INTRODUÇÃO

A utilização de madeira teve, e ainda tem, ao longo da história, um papel significativo para o desenvolvimento da humanidade. Contudo, este recurso natural foi explorado ao limite, o que levou a necessidade de se criar alternativas e iniciativas para conservação e manejo do mesmo.

Essas iniciativas resultaram em novas demandas para comercialização de madeiras nas últimas décadas, em especial, para aquelas consideradas mais nobres, também denominadas de madeiras de lei.

No cenário mundial, entre 1988 e 2004 o Brasil encontrava-se em terceiro lugar como maior exportador de madeira de lei, atrás apenas de Indonésia e Malásia, países com alto grau de exploração, onde quase não há matérias-primas para exportar (CLEMENT; HIGUCHI, 2006).

Atualmente, o setor madeireiro brasileiro apresenta alta demanda interna e externa. Tal demanda teve aumento significativo internamente, devido à grande variedade de produtos ofertados, como decks, vigas, esquadrias, forros, assoalhos, entre outros (ABIMCI, 2009).

Dessa forma, a madeira de lei, também conhecida como madeira certificada ou madeira do norte, tornou-se nos últimos anos de extenso uso na construção civil devido sua qualidade e resistência. É utilizada em obras tanto na parte interna como na externa, é procurada por construtores, projetistas, decoradores e consumidores finais (CBCS, 2012).

No estado de Santa Catarina, era possível encontrar madeiras de lei no período inicial de demanda mencionado (duas últimas décadas), mas devido à extração ilegal e desenfreada, ela se extinguiu, incluindo o sul Catarinense, onde estão localizadas muitas empresas madeireiras. Estas empresas, bem como as demais do sul e sudeste do Brasil, se viram obrigadas a buscar matéria-prima em outros lugares e algumas famílias migraram para a região norte do Brasil e criaram empresas de extração para abastecer o mercado do sul e sudeste.

Porém, para se extrair esse tipo de madeira deve-se obedecer a uma série de leis ambientais. Está se adotando legalmente, planos de manejo florestal como política ambiental adequada para a exploração madeireira, porém devido ao seu alto custo, o plano de manejo não está sendo adotado por todos (GARRIDO FILHA, 2002).

Por conseguinte, Barros (1996, p. 05) descreve que “o manejo florestal procura reduzir os danos à floresta, reduzir os desperdícios de madeira e aumentar a eficiência das operações de extração”. A partir dessa realidade que o mercado madeireiro se encontra no Brasil, torna-se importante ter conhecimento desse assunto, pois vem crescendo gradativamente ano após ano.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

Como mencionado, o ramo de madeiras de lei certificadas, vem se destacando nos últimas décadas. Com efeito, o número de madeireiras certificadas no norte do Brasil teve aumento significativo. E um dos fatores que fez as empresas optarem pela certificação, foi à implantação do manejo florestal (AMARAL NETO; CANEIRO, 2002).

Segundo Sabogal et al. (2006) manejo florestal é a exploração da floresta de forma planejada, ou seja, seguindo todas as leis e atividades a fim de garantir a conservação da mata. Para se conseguir um manejo florestal as empresas devem obedecer às leis ambientais e pagar taxas para a liberação do mesmo. As empresas encontram dificuldades para obter a certificação e em conseguir liberação do manejo florestal, por representarem custos elevados, em especial, para pequenas madeireiras.

À partir dessa realidade, as empresas compradoras deste tipo de madeira, localizadas sobre tudo no sudeste e sul do país, estão encontrando dificuldades em ter em seus estoques as madeiras de lei, ainda que haja grande demanda.

Pretende-se observando este contexto, levantar informações para responder a seguinte pergunta: **Quais são as oportunidades e dificuldades existentes no comércio de madeira de lei proveniente de Rondônia para o sul de Santa Catarina?**

1.2 OBJETIVOS

Através desse contexto apresentado na situação problema foram definidos os objetivos dessa pesquisa:

1.2.1 Objetivo geral

Apresentar e analisar as condições de comércio de madeira de lei entre empresas localizadas nos estados de Rondônia e Santa Catarina.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Conhecer os principais requisitos para extração, certificação e manejo de madeira de lei no Brasil e atuação dos órgãos governamentais nesse processo;
- b) Descrever os meios disponíveis para transporte da madeira de lei entre as empresas fornecedoras de Rondônia e as empresas compradoras no sul de Santa Catarina;
- c) Levantar os valores e as condições envolvidas nos processos para as empresas pesquisadas;
- d) Coletar informações sobre extração e comércio de madeira de lei junto ao setor produtivo;
- e) Fornecer subsídios para contribuir nas estratégias de comercialização de madeira de lei interestadual.

1.3 JUSTIFICATIVA

A madeira de lei teve nas últimas décadas um aumento expressivo em sua demanda, mesmo que sua qualidade e durabilidade não sejam devidamente divulgadas. As estratégias para extração e comercialização deste produto nobre carecem de estudos que auxiliem na compreensão deste contexto aplicado a realidade brasileira.

Assim, a importância da realização do estudo se deu inicialmente pela possibilidade de conhecer as condições de comércio interestadual de madeira de lei no Brasil, com foco em empresas de dois estados.

Também foi importante para o aprimoramento dos conhecimentos em estratégia e em administração de empresas para a pesquisadora, bem como para a área de investigação no sul de Santa Catarina e para as empresas do setor pesquisado.

Nesse setor, observou-se o aumento da preocupação ambiental, pressionado pelo aperfeiçoamento da legislação e fiscalização, o que requer na exploração de madeira de lei de forma sustentável e com certificação.

Desta forma, acredita-se que a realização deste estudo foi apropriada e se deu em um momento oportuno, considerando estas questões ambientais e legais e o aumento do comércio deste tipo de madeira entre as empresas do estado de Rondônia e do Sul de Santa Catarina.

Com relação à viabilidade, entende-se que as condições para realização do estudo foram apropriadas e satisfatórias devido ao fato de a pesquisadora possuir acesso e autorização prévia para coleta das informações e em especial para realização das entrevistas. Ressalta-se que a pesquisadora já tinha contato com empresas do setor e pode desenvolver o estudo dentro do cronograma e orçamento previstos no projeto de pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem o intuito de apresentar a fundamentação teórica dessa pesquisa, onde são abordados conceitos e definições da área de estudo e da temática pesquisada.

2.1 ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA

A definição e aplicação do termo estratégia são diversificadas, sendo sua origem associada ao uso militar, “onde grandes líderes continham estratégias de combate” (CAVALCANTI, 2007, p. 41).

Na área de estudo da administração, a estratégia é considerada um processo contínuo e iterativo que visa manter uma organização como um conjunto apropriadamente integrado ao ambiente (CERTO; PETER, 1993). Neste processo os administradores devem se dedicar as etapas como: realização de uma análise do ambiente, estabelecimento da diretriz da organização, formulação e implementação da estratégia organizacional e exercício do controle estratégico.

Por conseguinte, a estratégia de mudança organizacional é uma temática que estuda “a determinação de metas básicas a longo prazo e dos objetivos de uma organização, bem como da adoção das linhas de ação e aplicação dos recursos necessários para alcançar essas metas” (CHANDLER, 1962, p. 13).

A estratégia também está relacionada “à arte de utilizar adequadamente os recursos tecnológicos, físicos, financeiros e humanos, tendo em vista a minimização dos problemas empresariais e a maximização do uso das oportunidades identificadas no ambiente da empresa” (OLIVEIRA, 2001, p. 25).

Desta forma o planejamento e a prevenção fazem parte de uma estratégia empresarial bem elaborada que pode ajudar a ordenar os recursos na empresa, levando-a a uma postura singular e viável, sendo que algumas medidas poderão ser tomadas antecipadamente dentro da organização, evitando prejuízos (MINTZBERG; QUINN, 2001).

No âmbito deste estudo foram utilizadas essas definições de estratégia e sua aplicação às empresas que comercializam madeiras de lei.

2.2 ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Diversas estratégias, isoladas ou conjuntas, podem ser utilizadas pelos empresários do setor madeireiro para comercializar a madeira de lei, mas o processo de comercialização de madeira é feito basicamente com o produto físico, em que – como no caso desse estudo – os madeireiros vendem diretamente para os compradores das empresas do sul de Santa Catarina ou utilizam a intermediação de representantes para a venda.

Estudos recentes tratam de estratégias de comercialização para diversos produtos, dentre os quais o café (FONTES; CASTRO JUNIOR; AZEVEDO, 2005).

Com a pesquisa de referenciais nas bases de dados, observa-se a existência de publicações sobre a comercialização e sobre estratégias de comercialização de diversos itens agropecuários, inclusive de produtos florestais não madeireiros (GONÇALO, 2006).

No município de Capanema que se localiza no estado do Paraná, as estratégias de comercialização são denominadas a partir da escolha da atividade econômica (grãos e leite), ou seja, antes de iniciar a atividade os agricultores já decidiram suas estratégias para vender um determinado produto (KIYOTA; GOMES, 1999).

Por conseguinte, a sazonalidade referente ao momento da safra também poderá ser considerada na estratégia de comercialização, devido aos períodos em que acontece a colheita. Haverá momentos onde o produtor terá um estoque elevado e com isso terá a opção entre vender grandes quantias a preços baixos ou estocar o para quando estiver escasso e a preços elevados. Porém esta estocagem acarretará em diversos custos até o momento de sua comercialização, como armazenagem, transporte, seguro, classificação, entre outros (PACHECO et al., 2009).

No caso da madeira lei, há estudos preliminares que tratam do mercado de madeira em tora na região norte (SANTANA; SANTOS; OLIVEIRA, 2010), cujos resultados indicam queda na comercialização de madeira na Amazônia Legal, desde 2004, sendo que os principais fatores que contribuíram para essa queda foram: aumento da fiscalização, combate ao desmatamento, incentivo ao reflorestamento e a obrigação da extração somente em áreas manejadas.

Pode-se mencionar também pesquisas sobre a viabilidade econômica das serrarias que processam madeira florestal nativa em Rondônia (OLIVEIRA et al., 1999).

Há ainda publicações recentes acerca do comportamento do setor florestal na região norte (SANTOS; SANTANA, 2009) e do valor econômico e mercado de madeira (SANTANA et al., 2012).

2.3 DOS USOS DA MADEIRA

A exploração de madeiras fixou-se em madeiras nobres ao longo dos anos, por serem mais resistente e de melhor qualidade, usadas na construção civil, indústria naval e produtos com valor agregado, tais como móveis e peças de decoração, uma vez que “enobrece a construção civil e o mobiliário. Certamente alguns clientes exigirão madeiras famosas, dispostos a pagar preços elevados, mesmo sem saber exatamente por quê” (GONZAGA, 2006, p.15). Além disso, para esses fins milhares de árvores são derrubadas, não com finalidade para o comércio, mais simplesmente para abrirem estradas.

Na região norte do Brasil, a ocupação do território, a criação de novas cidades, cada localidade que se desenvolve, muitas vezes começa pelo setor madeireiro, que é o responsável pela extração de madeira, para que seja possível abrir novas estradas, construir casas e criar novos empregos na região, no qual está sendo expandida, ajudando na economia das cidades. Uma dessas cidades é Sinop situada em Mato Grosso, cujos pioneiros participaram do processo evolutivo de madeira na região norte do país, e destacam que esse processo teve grande aumento ao longo dos anos. Segundo um dos pioneiros “atualmente só sobrevive às empresas que são organizadas, só permanece quem realmente está disposto a seguir as leis ambientais” (NEWS.COM, 2012, p. 178).

A busca por produtos semelhantes resulta em despesas com pesquisas e adaptação de maquinários. Gera também esforço em convencer aos clientes, que é praticamente a mesma madeira, é como se fosse um genérico da tal. Precisam-se buscar produtos semelhantes para substituir aquelas que estão sendo proibidas por estarem entrando em extinção. É preciso fazer uma pesquisa aprofundada para ver se esta madeira que irá substituir a outra, se ela tem a mesma resistência e durabilidade.

2.4 PERSPECTIVA HISTÓRIA DO USO COMERCIAL DAS MADEIRAS DE LEI

É interessante resaltar que até o início do século XIX, um dos maiores meios de transporte (cargas e pessoas) eram navios feitos de madeira. Porém as madeiras de lei eram protegidas por leis ou ordenações reais. Na história das grandes navegações lideradas por Espanha e Portugal estes elementos foram fundamentais. No caso de Portugal, para fazer essas embarcações o rei Dom Dinis, ordenou em 1279, ordenou a conservação de algumas madeiras de lei e o plantio do Pinhal de Leiria, para a construção dos navios.

Em 1773, um ofício do Marquês de Lavradio, mandou proibir o corte de itaúba e peroba, devido ao fato de que os navios de guerra eram feitos de madeira, e portanto era preciso proteger as melhores, para que não fossem utilizadas em larga escala na construção civil, moradias, pontes e outros usos, que na época eram considerados menos importantes.

Justamente por ser madeira de boa resistência, durável e muito ‘linheira’, isto é, com grã direita de fibras bem alinhadas no sentido longitudinal do tronco, era muito empregada na construção de mastros e vergas de navios. Seu tronco, reto e limpo de galhos, destaca-se nas vargens e alagados da borda da Mata Atlântica (GONZAGA, 2006, p.40).

Apesar dos documentos do século XIX que denominavam as madeiras mais resistentes, duráveis e estáveis, como madeiras de lei. O seu uso se ampliou, não sendo mais só destinada à construção naval, “contrariando as restrições legais, as madeiras de lei foram utilizadas de forma intensiva na construção de palácios, mansões e igrejas durante o período colonial” (GONZAGA, 2006, p. 131).

No século XX, essas madeiras passaram a ser comercializadas como madeiras “nobres” chamadas assim pelo fato de serem utilizadas em obras consideradas nobres, tais como: esculturas, móveis de fino acabamento, interior de cabines de iates, painéis decorativos, lambris, entre outros.

Essas madeiras se tornaram comercializáveis pela estabilidade, beleza, resistência e qualidade. Nesse processo, infelizmente, por ausência de manejo, algumas espécies quase foram extintas e ao longo dos anos tiveram que ser substituídas.

No século XXI, as florestas são caracterizadas como recursos renováveis, desde que seu uso seja acompanhado de manejo e fiscalização. Contudo, a

exploração descontrolada iniciada no século passado ainda pode levá-las à exaustão. “Caso a taxa de extração exceda a taxa anual de crescimento natural, as florestas serão exauridas, uma vez que o padrão de extração é insustentável” (FERRAZ et al., 2002, p. 23). Com isso, a exploração madeireira será abordada equivalentemente como não renováveis.

Atualmente, a madeira em tora extraída em florestas naturais da Amazônia pode ser legalmente adquirida por dois caminhos: primeiro, pelo Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), que é fiscalizado pelo IBAMA, juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente (Sema - PA); segundo, por meio de Autorizações de Desmatamento, que restringem o desmatamento a 20% das áreas registradas como propriedades rurais, com presença de florestas (SANTOS et. al. 2009, p.536).

Uma das publicações de maior relevância para o referencial desta pesquisa é o livro *Madeira: uso e conservação* de Gonzaga (2006). Nele o autor menciona aproximadamente sessenta tipos de espécies de madeira de lei, merecendo destaque as mais comercializadas que são: Angelim-Rosa; Cedro; Cumaru; Ipê; Itaúba; Jatobá e Louro-pardo.

O autor também descreve como são essas espécies, sua origem, textura, durabilidade, nomes conhecidos e científicos, suas características gerais. São citadas também suas propriedades físicas e mecânicas, ou seja, a propriedade física fala se a madeira é pesada ou leve, se está seca ou úmida. Já a propriedade mecânica é voltada para a resistência, qualidade e durabilidade.

Além das sete espécies citadas no livro, há outras espécies que não foram mencionadas na obra de Gonzaga, mais que também tem potencial comercial, como a garapeira, favera-ferro, cambará, entre outras.

Cabe mencionar que algumas espécies relacionadas pelo autor, não são conhecidas pelo nome que ali está citado, e sim por seu nome popular. Um exemplo a Canjerana, que para os escultores essa madeira é mais conhecida como pau-de-santo, podendo também ser chamada por alguns de cedro avermelhado.

A madeira de lei, conhecida também no sul do país como madeira do norte, está tendo atualmente um elevado aumento na demanda na região sul do país, apesar do seu valor agregado estar cada vez maior, as pessoas estão optando por ela, devido a sua resistência e durabilidade. A madeira de lei também é chamada de madeira nobre, desde o século XIX, era usada em palácios, igrejas e mansões e usada pela nobreza real, onde se originou o nome popular madeira nobre (GONZAGA, 2006).

2.5 O MERCADO MADEIREIRO NO NORTE DO BRASIL

Em 1980 a produção e extração de madeira no norte do país eram de 9,2%, essa taxa teve um aumento significativo em 1991 chegou a 23,1%. Apesar das leis terem - se tornado mais rigorosas o mercado madeireiro teve um elevado avanço, devido à demanda, principalmente no sul do país. Alguns fatores que contribuíram para esse aumento também foram o surgimento de maquinários que facilitaram na hora da extração da madeira e a abertura de novas estradas ajudando no transporte as toras entre floresta e madeireira (FERRAZ; MOTTA, 2002).

O mercado de madeira certificada, ainda tímido no Brasil, começa a ganhar corpo na construção civil, setor responsável pela maior parte do consumo de madeira amazônica. O mercado local tem preferência por madeiras vindas de árvores da região Amazônica, primeiro pela qualidade da madeira e segundo pela região ser bastante favorável a um bom desenvolvimento das árvores, mas com o passar dos anos essa situação irá mudar pela grande quantidade de árvores que são derrubadas todos os dias, obrigando dessa forma os compradores e comerciantes comprarem madeira mais próximos há suas fábricas ou marcenarias (SOUSA, 2008, p. 11).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o volume de toras entre o ano de 1991 e 2000, foi de 35 milhões de metros cúbicos por ano. De acordo com Zarin (2005, p. 67) “o crescimento da demanda por madeira e da construção de estradas no Brasil levará a expansão da fronteira madeireira na Amazônia”.

Na Amazônia, são cortadas aproximadamente 30 milhões metros cúbicos de madeira. Apesar desse índice, a exploração esta apenas se iniciando, pois a maioria da floresta está protegida devida há falta de acesso e ao custo elevado no transporte. Deve-se ressaltar, que nos períodos de chuva que são entre os meses de novembro a abril não ocorre extração, devido a alagamentos e enchentes. Portanto se há uma corrida contra o tempo entre os meses de maio e outubro, onde as madeireiras enchem seus estoques de toras, para poderem ser serradas nos meses chuvosos quando a extração for interrompida. E assim conseguir vantagem competitiva perante seus concorrentes (ZARIN et al., 2005).

No ano de 1998, cerca de 2500 madeireiras estavam em operação no norte do país. Dados de 2001 apresentam que apenas 33% dessas madeireiras continham plano de manejo florestal aprovado pelo IBAMA. A exploração da madeira

é importante pra economia da região norte, 1998 chegou a gerar uma renda bruta de US\$ 2,5 bilhões e cerca de 232 mil empregos diretos.

Mesmo fortalecendo a economia a exploração da madeira gera muitas polêmicas na região devido ao desmatamento, iniciativas públicas e privadas vem tentando conciliar a indústria, geração de emprego e renda com a manutenção da floresta. Algumas dessas iniciativas foram à implementação do manejo comunitário, certificação, como o selo verde, concessão e assentamento florestal.

A variável ICMS produz efeitos negativos sobre a oferta de madeira certificada, portanto a majoração da carga tributária, pelo aumento do custo, reduz a oferta. Por sua vez, tende a estimular o aumento da extração e comercialização de madeira sem origem legal (SANTANA et al., 2010, p. 09).

Os tributos elevados em nosso país é um fator que contribui para que as empresas continuem ilegais. Porém o consumidor final está mais exigente e consciente, pensando nas futuras gerações, na sociedade e também no meio ambiente, devido a isso está optando por comprar madeira legalizada. Obrigando indiretamente as indústrias a buscarem pela certificação (SANTANA et. al., 2010).

Os estados que mais produzem/exploram madeira são Mato Grosso, Rondônia e Pará que são responsáveis por 93% da exploração. Esse índice elevado é devido que nesses estados contém a melhor infraestrutura e também por se localizarem mais próximos dos mercados internos, países do sul (BARRETO, 2006).

2.6 CERTIFICAÇÃO E O MANEJO FLORESTAL

“O manejo florestal, mais conhecido pela sigla em inglês FSC (*Florest Stewardship Council*), é uma organização internacional independente, não governamental e sem fins lucrativos, com sede em Oaxaca, no México” (POKORNY, 2003, p. 15).

A princípio é bom ressaltar que a madeira que está sendo mencionada é certificada pelos órgãos ambientais competentes, essas madeiras são conhecidas como madeira de lei, madeira do norte ou nobre. Para a extração da madeira e manutenção da floresta, precisa-se de uma certificação na qual é coordenada pelo Conselho de Manejo Florestal (FSC). Essa certificação não tem apenas como finalidade a manutenção da floresta, é também para o bem-estar da população que vive ao seu redor. Quando se compra madeiras com o símbolo da FSC, já se sabe

que essas madeiras foram cortadas de forma planejada, mantendo a integridade ecológica da floresta (ZARIN et al., 2005).

Deve-se deixar claro que para a exploração da mesma são obedecidas diversas leis e precisa-se de um documento chamado plano de manejo. Sem esse documento fica vetada a exploração da mesma, é elaborado a partir de estudos feitos através do diagnóstico do meio físico, biológico e social. Visa minimizar os impactos ambientais e a manutenção da floresta e precaver a simplificação dos sistemas naturais (MMA, 2012).

“O Manejo da floresta Amazônica está previsto no Código Florestal de 1965, mas somente em 1994 foi exigida a exploração sob forma sustentável, o que não é cumprida por falta de controle do IBAMA, por não dispor de pessoal suficiente” (GARRIDO FILHA, 2002, p. 105).

Diariamente o IBAMA junto com a polícia federal, faz fiscalizações em todo o país, mais, no entanto, são poucos profissionais capacitados nessa área. Isso dificulta para uma rigorosa fiscalização, que seria o ideal, para se haver uma redução no índice de madeiras ilegais ou clandestinas (MMA, 2012).

O Ministério do meio ambiente juntamente com o IBAMA e a polícia federal promove a “operação arco de fogo” em toda a Amazônia. O arco de fogo merece destaque, pois é a mais importante operação que o ministério da fazenda realiza. Essa operação tem como finalidade, buscar apreender e multar madeireiros ilegais e pecuaristas que devastam irregularmente. Nessa operação são gerados milhões de reais em multas e são apreendidos, milhares de cabeças de gado e toras ilegais ou irregulares em toda a Amazônia (MACHIAVELLI, 2009).

Em 2000, o IBAMA tinha 389 planos de manejos aprovados que ocupavam 185 mil hectares. Em 2001, foram aprovados 549, cobrindo uma área de 340 mil hectares, e 9,3 milhões de metros cúbicos tiveram autorização para serem explorados por meio de plano de manejo. Em 2003, o volume de madeira em tora a ser explorado ficou em cerca de 8,3 milhões de metros cúbicos e, em 2004, subiu para 14% (SANTOS et al., 2009, p. 538).

Para Basso et al. (2012) um bom plano de manejo é quando são respeitadas todas as questões ambientais e sociais, e no qual são minimizados os impactos ambientais na região.

“Outro importante processo é a Certificação Florestal cuja atuação se dá pelos órgãos credenciadores no Brasil: o FSC - *Forest Stewardship Council* e o Cerflor - Certificado Florestal, lançado em fevereiro de 2003 pelo Inmetro” (SANTOS

et al., 2009, p. 539). Essa certificação tem como objetivo principal avaliar o desempenho do manejo florestal é elaborado a partir de considerações sociais, econômicas e ambientais. A FSC atua no mundo todo, só no Brasil são três milhões de hectares certificados (SANTOS et al., 2009).

A certificação tem sido importante não só para o meio ambiente, como também para a organização, pois lhe evitará problemas futuros com fiscalizações, e proporcionará pontos positivos, pois a demanda está sempre à procura de madeira certificada (BASSO, 2012).

“A alta eficiência de uma produtividade sustentável é uma necessidade para se buscar a harmonia com a natureza. Assim como, as discussões, debates e a obediência definitiva em torno de um código ambiental inteligente e racional” (MACHIAVELLI, 2009, p. 04).

2.6.1 Conceitos de manejo e suas características

É importante relatar que existem alguns tipos de manejos, no qual cada um tem sua característica específica, que serão citados logo abaixo junto às formas de exploração. Para Sabogal et al. (2006) existem sete diferentes formas de exploração, que são:

- 1) Exploração Convencional: Que se dá de forma não planejada, realizado por profissionais, não qualificado e com máquinas impróprias.
- 2) Exploração Planejada: É devidamente planejada evitando ao máximo os desperdícios.
- 3) EIR: É planejado e procura diminuir os danos a vegetação, já pensando na próxima colheita.
- 4) Manejo Florestal: É planejado e realiza um tratamento pós- colheita. Estimula o desenvolvimento florestal e protege a área devastada.
- 5) Manejo florestal sustentável: É planejado e realiza a manutenção da floresta pensando no futuro das novas gerações.
- 6) PMFS: É aprovada pelo IBAMA.
- 7) Manejo Certificado: É certificado pelo IBAMA, cumpre as normas legais, maneja a floresta de forma contínua e cumpre as leis trabalhistas.

Como visto, um vai complementando a outra, até se chegar ao manejo florestal certificado, que é o mais completo. O manejo Certificado é o que garante a empresa o famoso selo verde.

Assim, o termo manejo florestal possui várias implicações. Por exemplo, manejo florestal é um tipo de exploração madeireira realizada de forma planejada. Ou seja, ao contrário da exploração convencional, o manejo aplica atividades de planejamento a fim de assegurar a manutenção da floresta para um outro ciclo de corte. Para alcançar esse objetivo, o manejo florestal, em relação a EIR, também monitora o desenvolvimento da floresta e aplica tratamentos silviculturais. O manejo florestal sustentável, por sua vez, inclui adicionalmente atividades para assegurar a compatibilidade social ao uso florestal (SABOGAL et al., 2006, p. 26).

Torna - se importante falar um pouco mais sobre o selo verde, esse selo tem como objetivo benefícios econômicos, ambientais e sociais. E principalmente esse selo garante a legalização da atividade madeireira. O selo verde para Luft (2005) funciona como uma espécie de cartão de visita, no qual é utilizado para madeireiras que querem comercializar e extrair madeira de forma legal, ou seja, ambientalmente correta. Os setores de produtos madeireiros possuem grande vantagem competitiva, isso com relação a produtos substitutos (concreto, aço, plástico).

“Mas, como na percepção popular o uso da madeira está associado ao desmatamento e à desertificação, contrapor-se à concorrência dos produtos substitutos exige mais do que melhorar o desempenho dos produtos com investimento em desenvolvimento tecnológico” (GONZAGA, 2005, p. 20). Diante desse fato se torna necessário o uso do selo verde, que será o que garantirá para a empresa elevada vantagem perante seus concorrentes indiretos. “Uma mudança de valores na cultura empresarial, impulsionada pela ética ambiental e pela preocupação como bem-estar das futuras gerações, pode ser considerada o ponto de partida para a gestão ambiental” (GONZAGA, 2005, p. 05).

O manejo para Pokorny (2003) se divide em três etapas, Manejo florestal, Plano de manejo e Unidade de manejo florestal (UMF). O manejo florestal seria a administração das florestas, visando à proteção das mesmas. Plano de manejo seria o documento, descrevendo de que forma de manejo que será adotada, para aquela área específica. E a unidade de manejo está relacionada à área que será demarcada na floresta, ou seja, quais as árvores que poderão ser retiradas naquela floresta que foi manejada.

Para se por em prática um plano de manejo, serão necessários altos investimento, como por exemplo, maquinários especializados, que cortem as árvores de forma adequada e que evitem ao máximo seu desperdício, mão-de-obra qualificada e devidamente treinada e serviço de consultoria junto ao FSC. Esse investimento é um desafio para a indústria madeireira, pois já sofre com a legislação ambiental brasileira, que já paga elevadas taxas para liberação da certificação (LUFT, 2005).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Todos os pesquisadores, para composição de seus trabalhos científicos usam procedimentos metodológicos para elaboração e realização de suas pesquisas (LAKATOS; MARCONI, 1992).

O método científico vai se formando gradativamente conforme vai se realizando a investigação. Na qual é elaborada por meio de estratégias e métodos, realizados através de vários meios tecnológicos e científicos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Assim para elaboração de uma pesquisa torna-se necessário para o pesquisador ter tempo, planejamento, organização e conhecimento dos métodos que precisam ser aplicados (D'ACAMPORA, 2006).

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Os critérios para se escolher o tipo de pesquisa a ser aplicada variam conforme o enfoque do pesquisador. Para se escolher o meio de pesquisa o pesquisador deverá levar em consideração à metodologia a ser aplicada, os objetivos, o objeto de estudo e os interesses que o levaram a fazer essa pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1996).

Quanto aos fins essa pesquisa teve caráter exploratório e descritivo, com proposta de aplicação conforme os objetivos específicos.

Com relação aos meios de investigação, optou-se pelos seguintes procedimentos:

a) Pesquisa Bibliográfica, que conforme proposta de Lakatos e Marconi (2003) abrange oito fases: Escolha do tema; Elaboração do plano de trabalho; Identificação; Localização; Compilação; Fichamento; Análise e Interpretação e Redação.

A escolha do tema foi o assunto que o autor gostaria de ter mais conhecimento, já à elaboração do plano de trabalho pode proceder ao fichamento, está relacionada à coleta de dados. A parte de identificação por sua vez, é a parte de reconhecimento do assunto. Onde foi encontrado em livros, artigos ou revistas, algo sobre o assunto que será abordado nesse presente estudo. A localização foi portanto onde esses acervos foram encontrados. Portanto a compilação é a reunião

desse material encontrado para elaborar o estudo. Por fim a análise e interpretação são relacionadas às críticas do pesquisador sobre o assunto, e a redação seria a própria pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003).

b) Pesquisa Documental, que foi realizada por meio de uma análise de documentos utilizados como objeto de investigação para elaboração da pesquisa. Tais documentos não são somente escritos, sendo considerados como documentos algumas mídias como filmes, slides, fotografias, entre outros, que são fontes de informação (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

c) Pesquisa de Campo é realizada onde esteja ocorrendo um fenômeno/ acontecimento ou consiste na observação dos fatos que estão acontecendo naturalmente. Lakatos e Marconi (2003) analisam como desvantagem a pesquisa de campo, pois poderão ocorrer fatores que possam interferir nos resultados.

Portanto, essa pesquisa teve caráter bibliográfico, documental e de campo, por se tratar da análise de entrevistas, artigos, anais, livros, revistas e sites como o Ministério do Meio Ambiente - MMA e o do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E POPULAÇÃO ALVO

Delimitou-se como espaço de estudo os estados de Rondônia e Sul de Santa Catarina, além do trecho rodoviário que liga os dois estados.

O Estado de Rondônia localizado na região norte do Brasil, possui 1.562.209 habitantes, segundo os dados do IBGE de 2010. Conta com 52 municípios, sendo que o mais populoso é a capital, Porto Velho. A industrialização neste estado iniciou-se na década de 1970, com a indústria de mineração de cassiterita e a indústria extrativa de madeira. O setor que está em constante crescimento é o de alimentos e com indústrias de laticínios e frigoríficos. Pode-se considerar que “[...] 92% desse parque industrial é composto de micro e pequenas empresas e que as médias e grandes indústrias atuam nos setores madeireiros, da construção civil, frigoríficos, laticínios e refrigerantes [...]” (CURI, 1999, p. 62).

O Estado de Santa Catarina, por sua vez, possui 6.248.436 habitantes e 295 municípios. Do total de habitantes 900.000 residem na região sul do estado, que conta com 43 municípios. A economia do estado está baseada na agroindústria, no setor têxtil, cerâmica, pecuária e na extração mineral. No caso do sul catarinense, o

crescimento econômico desde o início do século XX “é um reflexo direto da necessidade de carvão, cerceado durante a Primeira Guerra, e da necessidade da indústria brasileira que começava a ensaiar uma diversificação produtiva” (GOULARTI FILHO, 2002, p. 1001).

Quanto a área de estudo, cabe mencionar que a área de administração abrange cinco funções: planejar, organizar, comandar, coordenar e controlar. Essas funções gerenciais ajudam a empresa a decidir sobre suas metas, elaborar suas estratégias, para futuramente alcançar seus objetivos. “As empresas existem para alcançar algum propósito, alguém precisa definir uma missão e os meios para sua realização” (ROBBINS, 2003, p. 33).

Neste contexto, encontram-se os entrevistados para esse estudo, entretanto são gestores em organizações que atuam há mais de dez anos no mercado. As empresas compradoras e fornecedoras trabalham exclusivamente com madeiras de lei; já as transportadoras, transportam produtos cerâmicos para a região norte do Brasil e trazem para o sul madeiras de lei.

Assim, as entrevistas (semi estruturadas), foram realizadas junto aos agentes selecionados (gestores de empresas fornecedoras, transportadoras e compradoras). Tais agentes (quadro 1) foram selecionados por amostragem não probabilística por julgamento (intencional).

Quadro 1 - Gestores de empresas entrevistados

CÓDIGO	CIDADE	EMPRESA
C.01	Maracajá-SC	Compradora
C.02	Nova Veneza-SC	Compradora
C.03	Criciúma-SC	Compradora
C.04	Içara-SC	Compradora
F.01	Ariquemes-RO	Fornecedora
F.02	Cujubim-RO	Fornecedora
T.01	Criciúma-SC	Transportadora
T.02	Nova Veneza- SC	Transportadora

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Os dados utilizados nessa pesquisa têm origem primária, representados pelas informações coletas junto aos gestores; e secundária, representadas pelas fontes de dados do IBAMA e do MMA, onde foram coletadas informações essenciais para esta pesquisa. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis- IBAMA, foi criado com o intuito de preservar e cuidar do meio ambiente, foi fundado em 22 de fevereiro de 1989, pela Lei nº 7.735. O IBAMA visa à sustentabilidade ambiental, a manutenção das florestas, a proteção da fauna e da flora do País (IBAMA, 2013). Já o Ministério do meio ambiente – MMA, criado em novembro de 1992, busca promover princípios e estratégias, para a proteção e manutenção do meio ambiente. Trabalha em parceria com o IBAMA, para cuidar do meio ambiente e fiscalizar para que a fauna e a flora permaneçam consecutivamente preservadas (MMA, 2013).

Além do site do IBAMA e MMA, para esse estudo foram analisados artigos científicos disponíveis na base de dados *Scientific Electronic Library Online – SCIELO*, bem como livros e periódicos disponíveis na biblioteca da UNESC.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Nesse estudo a abordagem do tema foi de finalidade qualitativa, por se tratar de uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Pereira (2001) entende-se que a pesquisa qualitativa como alternativa metodológica, abrange dados qualitativos, ou seja, que se ocupa da investigação dos dados. Godoy (1995) menciona que a pesquisa qualitativa pode ter orientação teórica ou metodológica. “De maneira diversa, a pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados” (GODOY, 1995, p. 58).

Portanto através de um estudo qualitativo, foram analisados os dados informados e, portanto a partir desses dados, foi elaborado um fichamento, que cujos trechos foram utilizados nos resultados dessa pesquisa.

3.5 SÍNTESE DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segue abaixo tabela com os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa conforme os itens 3.1 e 3.2.

Quadro 2 - Síntese do delineamento da pesquisa

Objetivos Específicos	Tipo de Pesquisa Quanto aos fins	Meios de Investigação	Técnica de coleta de dados	Procedimentos de coleta de dados	Técnica de análise dos dados
Conhecer os principais requisitos para extração, certificação e manejo de madeira de lei no Brasil e atuação dos órgãos governamentais nesse processo;	Exploratória	Bibliográfica	Secundária	Sites, livros, artigos e anais eletrônicos	Qualitativa
Descrever os meios disponíveis para transporte da madeira de lei entre as empresas fornecedoras de Rondônia e as empresas compradoras no sul de Santa Catarina;	Descritiva	Bibliográfica	Secundária	Sites, livros, artigos e anais eletrônicos	Qualitativa
Levantar os valores e condições envolvidas nos processo para as empresas pesquisadas;	Exploratória	Campo	Primária	Entrevistas	Qualitativa
Coletar informações sobre extração e comércio de madeira de lei junto ao setor produtivo;	Exploratória	Documental e Campo	Primária	Entrevistas	Qualitativa
Fornecer subsídios para contribuir nas estratégias de comercialização de madeira de lei interestadual;	Descritiva	Bibliográfica e Documental	Secundária	Sites, livros, artigos e anais eletrônicos	Qualitativa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo geral dessa pesquisa foi apresentar as condições de comércio de madeira de lei entre empresas localizadas nos estados de Rondônia e Santa Catarina. Portanto, para que o objetivo geral e os específicos fossem atingidos, foram realizadas pesquisas bibliográficas, levantamento documental e entrevistas.

Dessa forma, a seguir apresentam-se os resultados de acordo com os objetivos propostos.

4.1 REQUISITOS PARA EXTRAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A partir do levantamento documental e das entrevistas foi possível verificar as etapas do processo de extração de madeira de lei, analisando todos os documentos legais envolvidos.

Os documentos necessários são primeiramente a escritura do lote rural, onde é feito um relatório juntamente com o engenheiro florestal que irá fazer o levantamento de todas as árvores do referido lote, classificando-as por espécie, quantidade e estimativa em metros cúbicos de quanto cada árvore fornecerá em madeira, depois de retirada. Com o relatório pronto, se dá entrada no órgão competente (IBAMA). Com este relatório os fiscais do órgão irão ao local, averiguar se o que “consta no papel” realmente existe e está na quantidade certa. Após a aprovação dos fiscais, iniciam-se as atividades de exploração, seguindo regras para não prejudicar a fauna ao redor de cada árvore retirada.

Cabe aqui – conforme levantamento documental e entrevista com o gestor da empresa (F02) – mencionar os documentos necessários para realização do manejo florestal, que são:

- 1) Documento da propriedade (inteiro teor ou título definitivo);
- 2) Cópia autenticada do CPF e RG do proprietário;
- 3) CAR (Cadastro Ambiental Rural);
- 4) Certidão negativa da receita federal (proprietário);
- 5) Cadastro técnico federal;
- 6) Cópia dos documentos (engenheiro florestal) e
- 7) Um RT (Relatório Trimestral) de elaboração do plano de manejo

Depois de feito o manejo florestal e a averiguação dos órgãos competentes acontecem à extração das madeiras. A realização da extração até o carregamento final passa pelos seguintes procedimentos: primeiro pela liberação do manejo florestal, como já mencionado acima; em seguida a madeira tem que ser cortada, emplacada e arrastada até o carregamento, chegando à serraria onde essas madeiras serão medidas, serradas e refiladas para o carregamento final (ver imagem do anexo A).

Para poder fornecer madeira de lei para o sul de Santa Catarina, a empresa deve possuir CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), IE (Inscrição Estadual), Cadastro na SEFIN (Secretaria de Finanças), Registro do IBAMA e LO (licença de Operação), fornecida pelo IBAMA. Além disso, deve estar em dia com todos os tributos municipais (IPTU e ALVARÁ), tributos estaduais (ICMS) e tributos nacionais (SIMPLES). Com isso a empresa conseguirá emitir Nota Fiscal Eletrônica contendo todos os produtos descritos e tendo seus impostos pagos, além da espécie correta carregada.

4.1.1 Licenciamento ambiental

Nesta seção, tratou-se do licenciamento ambiental para extração de madeira de lei, tomando por base, prioritariamente, as informações obtidas no levantamento documental realizado junto ao portal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis – IBAMA.

No âmbito dos requisitos, observou-se que o Licenciamento ambiental é mais um documento que as empresas madeireiras precisam ter para optarem pela liberação para comercializar a madeira de lei. O licenciamento ambiental é um respeitável órgão da gestão da Política Nacional de Meio Ambiente. Por meio deste licenciamento que se pode controlar a ação humana sobre o meio ambiente. Com isso, procura conciliar o desenvolvimento econômico com o uso dos recursos naturais, de modo que seja garantida a sustentabilidade e integridade do meio ambiente (IBAMA, 2013).

Além disso, o licenciamento é um meio para incentivar a conversação setorial, rompendo com a intenção de ações corretivas e individualizadas ao adotar um caráter preventivo, com os distintos usuários dos recursos apropriados. Visa compartilhar entre as partes, madeireiro e IBAMA, a importância da responsabilidade

sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável no país. “Para sua efetividade, os preceitos de proteção ambiental devem ser definitivamente incorporados ao planejamento daqueles setores que fazem uso dos recursos naturais” (IBAMA, 2013, online).

Esse licenciamento está regulamentado pela União desde 1981, Lei 6.938, Política nacional do meio ambiente. O artigo 10 estabeleceu que a construção, instalação, aumento e funcionamento de empresas e atividades usassem de recursos naturais, que fossem dados como ativo e poluidores, bem como os capazes de causar danos ambientais, precisaram de licenciamento do órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, em modo supletivo, sem perda de outras licenças exigíveis. Podemos verificar que o licenciamento ambiental foi estabelecido desde seu início de forma descentralizada, cabendo a união, aos estados e aos municípios atuar em diferentes empreendimentos (IBAMA, 2013).

Cabe mencionar que não é somente o ramo madeireiro que precisa desse licenciamento. Qualquer empreendimento seja de extração ou tratamento, indústrias, obras, atividade pecuárias ou até mesmo transporte, ou seja, todas as atividades que podem fazer ou trazer algum tipo de mudança no meio ambiente deveram comunicar o IBAMA, para fazer esse licenciamento ambiental.

Esse processo de licenciamento poderá ser feito através de meio eletrônico, pelo site do IBAMA, em Serviços online (Serviços - Licenciamento Ambiental Federal). Porém antes de começar o procedimento, o gestor necessitará inscrever-se no Cadastro Técnico Federal (CTF) e declarar qual a sua atividade exercida relacionada ao licenciamento ambiental (IBAMA, 2013).

Na primeira etapa do licenciamento o empresário tem que se cadastrar como Gerenciador de projetos, informando qual o ramo de sua atividade. Aqueles que já estão com seu empreendimento em ação ou aqueles que apenas estão iniciando, será necessário comunicar a atividade de gerenciador de projetos e a atividade finalística. Após emitir o certificado de regularidade este deverá entrar no serviço *online* no site do IBAMA e fazer o *login* em serviços, licenciamento ambiental federal e deverá requerer um processo de licenciamento.

Além disso, para realização desse procedimento torna-se necessário o preenchimento de um formulário eletrônico no qual deverá conter informações

básicas sobre a empresa, esse documento é avaliado pelo IBAMA para saber a competência diante das normas legais, para liberação do licenciamento. Todos os processos objetivando o licenciamento ambiental estão disponibilizados no site do IBAMA/Licenciamento (IBAMA, 2013).

4.1.2 DOF – Documento de Origem Florestal

O Documento de Origem Florestal - DOF, é outro requisito identificado no levantamento documental da pesquisa. Este documento que é obrigatório acompanha o produto desde a sua origem até o consumidor final, seja por meio de transporte rodoviário, ferroviário, fluvial, aéreo ou marítimo. Instituído pela Portaria nº 253 de 18 de agosto de 2006 do Ministério do Meio Ambiente (MMA), concebe uma autorização obrigatória para controlar o transporte de produtos florestais de origem nativa.

Todas as empresas de construção civil, madeireiras e materiais de construção, que atuam com madeiras nativas em suas obras deverão ter o documento de origem florestal. Essas empresas deverão usar o DOF, para aceitar ou recusar ofertas de seus fornecedores de matéria-prima, essas empresas sempre que receberem os produtos que foram aceitos deverão lançar as notas fiscais no site do IBAMA (IBAMA, 2013).

4.1.3 Registros

Constatou-se ainda a existência de outros documentos obrigatórios um deles é o Registro de produto com preservativo de madeira, no qual são elaborados formulários específicos que devem ser entregues mensalmente ou semestralmente e precisa-se entregar também junto com esse relatório uma emissão de um certificado de registro especial de atividade com preservativa madeira.

Outro importante registro é o Registro para uso e porte de motosserra, este é fundamental, para empresas que extraem madeiras. Para emitir a Licença para Porte e Uso de Motosserra você deverá possuir cadastro adequado no CTF e estar inserido na seguinte atividade: Motosserras - Lei 7803/89 / Proprietário de Motosserra (IBAMA, 2013).

4.2 ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS NO PROCESSO ESTUDADO

O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, foi criado em 22 de fevereiro de 1989, LEI 7.735. É o órgão responsável pela proteção e conservação do meio ambiente. O IBAMA é considerado o guardião do meio ambiente, sua marca é reconhecida e respeitada. A marca significa que os recursos ambientais deverão ser utilizados de forma restrita, com elevado respeito pela natureza, visando sempre a conservação e preservação do meio ambiente, propondo a manutenção da natureza para as gerações posteriores (IBAMA, 2013).

Antes várias áreas cuidavam do meio ambiente, atualmente a gestão ambiental passou a ser integrada. O início da criação do IBAMA, é devido à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972. Após essa conferência houve pressão para que a gestão ambiental se tornasse unificada.

A Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), era a responsável pelas tarefas políticas e de gestão, juntada ao Ministério do Interior. O IBAMA, em 23 anos de criação vem mostrando pontos positivos, pois tem trabalhado muito para proteger o meio ambiente, buscando sempre pela sustentabilidade e a manutenção das florestas. Depois de sua criação, os índices de crimes ambientais tiveram uma significativa redução, tanto queimada de florestas como exploração ilegal, esses fatores foram se reduzindo ao longo dos anos (IBAMA, 2013).

Em novembro 1992, foi criado o Ministério do meio ambiente (MMA). No site do IBAMA diz que o ministério do meio ambiente seria como se fosse o órgão máximo. Nesse sistema, há o Ministério do Meio Ambiente como cabeça, os estados e municípios com seus órgãos de política e de gestão, e o IBAMA, que atua nas pontas, executando a política federal e, supletivamente, ajudando a fortalecer os sistemas estaduais e municipais. O MMA tem como finalidade adoção de estratégias para promover melhoras na proteção, recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais e tem também como missão a inclusão da ampliação dos meios sustentáveis (MMA, 2013).

[...] em 1996 o Jardim Botânico do Rio de Janeiro somou-se ao Ministério do Meio Ambiente como um de seus órgãos vinculados, em 1997 foi criado o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, em 2000 a Agência Nacional das Águas, em 2001 o Conselho Nacional de Recursos Genéticos, em 2006 o Serviço Florestal Brasileiro e em 2007 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (IBAMA, 2013).

Desde a criação do IBAMA e do Ministério do Meio Ambiente, foram criadas diversas leis a favor do meio ambiente algumas delas foram:

- 1997, foi aprovada a chamada Lei das Águas;
- 1998, a Lei dos Crimes Ambientais;
- 1999, a Lei que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental;
- 2000, a Lei que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação;
- 2006, a Lei de Gestão de Florestas Públicas.

O IBAMA contribuiu muito com o meio ambiente durante esses anos até os dias atuais vem ajudando no combate ao desmatamento, criando sistemas de monitoramento e acompanhamento, aperfeiçoou o método de concessão de licenças ambientais, fundou centro de pesquisas, deu força à proteção ambiental. Se não fosse o empenho dos profissionais capacitados do IBAMA muitas espécies que estavam ameaçadas de extinção poderiam não existir mais. O IBAMA possui autoridade junto à população brasileira, precisamente pela importância com que sempre desenvolveu o seu trabalho (IBAMA, 2013).

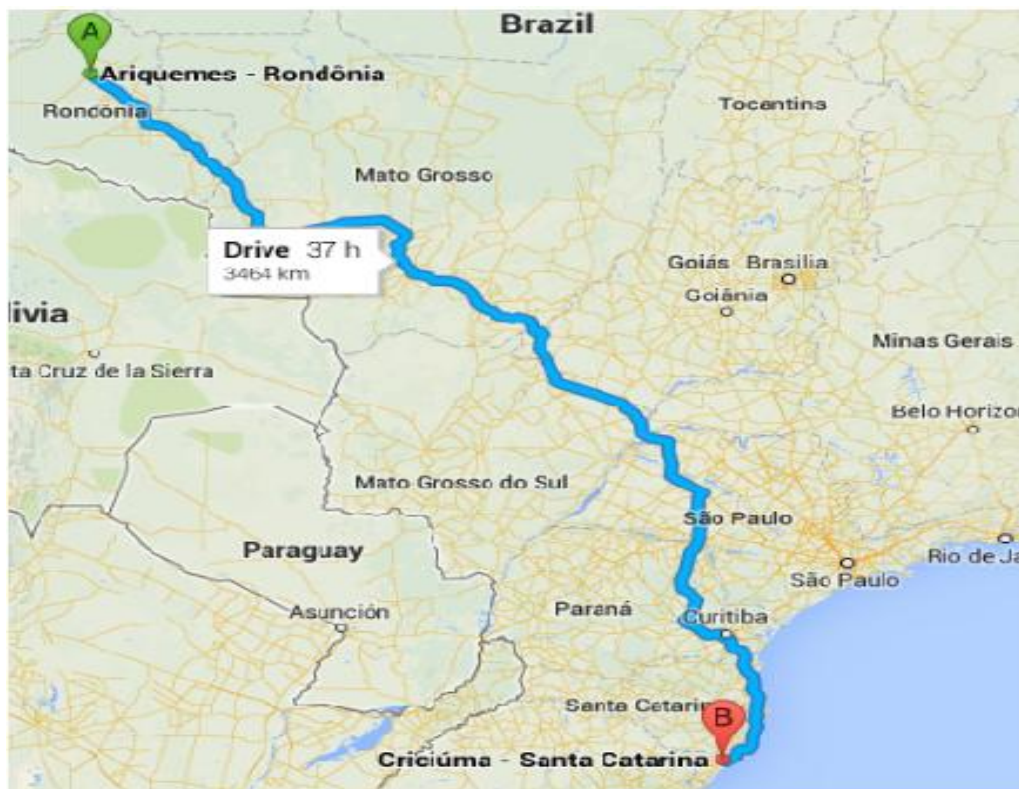
O IBAMA juntamente com o ministério do meio ambiente lutam juntos diariamente ao combate ao crime ambiental, sempre visando proteger a fauna e a flora do Brasil. Esses dois órgãos juntos estão promovendo uma campanha de educação ambiental, para que as crianças de nosso país já cresçam com um pensamento diferente das antigas gerações, a ideia tem como finalidade que essas crianças sejam ecologicamente corretas, que cuidem do meio ambiente (MMA, 2005).

4.3 DO TRANSPORTE DA MADEIRA

Nesta seção buscou-se descrever o transporte de madeira de lei entre as empresas fornecedoras e compradoras.

A seguir apresentam-se mapas dos estados de Rondônia e Santa Catarina, regiões que foram utilizadas nessa pesquisa. Na Figura 1, encontra-se o roteiro preferencial percorrido pelas transportadoras.

Figura 1 - Mapa da rota entre Rondônia e Sul de Santa Catarina



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

Os dois gestores das empresas transportadoras pesquisadas efetuam os transportes através de caminhões do tipo carreta. Ambos transportam cerâmicas do sul de Santa Catarina para o norte do Brasil, e trazem madeiras de lei originada de Rondônia. Neste procedimento, são percorridos aproximadamente 3.500 km por trecho em viagens exclusivamente rodoviárias que duram em media 3 dias.

Foi perguntado aos gestores quanto à fiscalização nas rodovias, se estavam encontrando dificuldades, a empresa (T01) respondeu *“As dificuldades são a falta de entendimento de alguns fiscais em relação à espécie de madeira, travando por horas o andamento dos caminhões até serem liberados após a constatação da veracidade”*. O gestor da empresa (T02) encontrou o mesmo tipo de dificuldade *“Sim. As notas devem estar 100% de acordo com o produto transportado, caso contrário o IBAMA multa ou em alguns casos pode até apreender a carga”*.

Na Figura 2, os pontos em vermelhos representam as cidades onde se localizam as madeireiras compradoras, cujos gestores foram entrevistados no sul de Santa Catarina.

Figura 2 - Mapa do Sul de Santa Catarina, cidades de localização das empresas compradoras.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora.

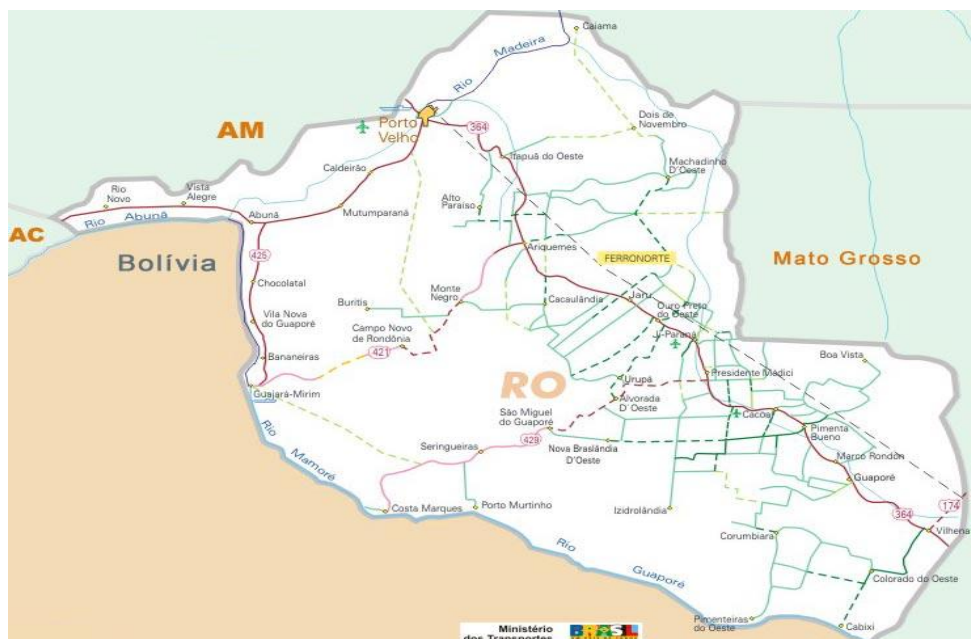
Cabe mencionar que todas as empresas entrevistadas atuam a mais de dez anos no setor madeireiro, exclusivamente com madeiras de lei. As características da região foram apresentadas no item 3.2, mas se ressalta aqui que o setor madeireiro também possui um histórico de contribuição socioeconômica para região, seja no fornecimento de matéria-prima beneficiada para construção civil, seja para a geração de emprego e renda nos municípios onde estão localizadas.

Por conseguinte, a atuação das empresas localizadas no estado fornecedor também contribui para as localidades, ainda que, pela natureza da atividade, careça de um acompanhamento de seus impactos sobre o meio ambiente.

A Figura 3, mostra o mapa de Rondônia, onde se localizam as empresas fornecedoras cujos gestores foram entrevistados, com destaque para a estrutura viária do estado, que no caso desse estudo, é totalmente dependente das condições de trafegabilidade da BR-364.

Esses gestores, assim como outros madeireiros, migraram do sul do Brasil, em busca de madeira de lei, influenciados pelos seus patriarcas ou por indicação de pessoas conhecidas.

Figura 3 - Mapa do Estado de Rondônia



Fonte: Ministério dos transportes.

As empresas atuam há mais de vinte anos no mercado madeireiro, essas empresas durante esse período, já mudaram sua sede de cidade devido à falta de matéria-prima.

4.4 DOS VALORES E CONDIÇÕES ENVOLVIDOS

Os custos de uma organização é o que ela gasta para obter um produto ou serviço. Como um dos objetivos desse estudo era levantar os valores e condições envolvidos no processo para as empresas, foram feitas perguntas sobre este assunto para os gestores das empresas fornecedoras, compradoras e transportadoras de madeira de lei.

Para as empresas transportadoras foram efetuadas duas perguntas sobre os custos de transporte e o valor a ser cobrado para transportarem a madeira de lei. No quadro a seguir, apresenta-se o valor cobrado por tonelada pelas empresas transportadoras, sendo que essas empresas transportam 32 toneladas em cada um de seus caminhões (Carreta).

Quadro 3 – Do valor cobrado no transporte interestadual

EMPRESA	VALOR/ TONELADA	CARRETA	TOTAL
T01	R\$ 270,00	32 (t)	R\$ 8.640,00
T02	R\$ 260,00	32 (t)	R\$ 8.320,00

Fonte: elaborado pela pesquisadora

No entanto os custos são variáveis, ambas constataram como custo a alimentação do motorista, combustíveis, gastos com os pneus, manutenção dos veículos, pedágios, impostos, entre outros.

As empresas compradoras e fornecedoras, no entanto, tem mais custos com os órgãos ambientais e custos com relação à madeira. O gestor da madeireira compradora (C02) mencionou um custo variável que é relevante destacar, *“a madeira pode não chegar conforme o combinado na venda e chegar verde, tendo que colocá-las na grade (ver imagem Anexo C), gerando um custo que não era esperado”*. O gestor da empresa compradora (C01) destaca que poderá haver aumento de custo, se a empresa fornecedora não tiver a espécie em estoque, *“nem sempre eles têm toras da espécie que estou necessitando, às vezes se torna mais cara por esse motivo”*.

Um custo extra que as empresas fornecedoras têm foi mencionado pelo gestor da empresa fornecedora (F02), *“... nas estradas que dão acesso ao plano de manejo, são todas de chão batido, por se tratarem de área não habitada, os donos dos manejos arcam com as despesas com maquinário e mão de obra para poder tornar as estradas transitáveis”* (ver imagem Anexo B).

Outro custo que as empresas fornecedoras têm é com o frete do “toreiro” (transportador de toras), esses levam as toras desde as florestas ou manejo florestal até as madeiras, (F01) *“O acerto com o toreiro depende da espécie da madeira. Ex: carga de faveira-ferro em tora é R\$ 280,00 multiplicado pela metragem que o caminhão traz 12 metros cúbico de madeira, sendo assim: $(12m^3 \times R\$ 280,00 = R\$ 3.360,00)$ ”*. Já os custos com o manejo florestal conforme as empresas (F01 e F02) gira em torno de R\$ 49.000,00, *“O gasto para fazer um manejo é de R\$ 49.000,00 e depois quando as toras são transportadas para serraria gera o FUNRURAL 2,3% de tudo que sair do manejo”*.

Como vimos a todo o momento as organizações tem custos desde a extração até a comercialização do produto. Os custos envolvidos no processo são aquisição de matéria-prima, exploração, transporte florestal, processamento da madeira, impostos e vendas (OLIVEIRA, 2003, p. 4).

Os custos com relação aos órgãos ambientais, além de gastos com manejo e liberações, conforme Santana et al. (2010), devido ao aumento da exploração ilegal de madeira, os órgãos competentes tiveram que inovar-se para terem uma

fiscalização mais eficaz na comercialização, com isso as organizações também tiveram que se adequar ao sistema do IBAMA. No entanto, as empresas madeireiras obtiveram custos para investir em tecnologia e informação, um exemplo é a nota fiscal que passou a ser eletrônica.

4.5 DAS CONDIÇÕES DE COMÉRCIO INTERESTADUAL

Primeiramente vale destacar todo o processo que a madeira de lei passa até a sua chegada à empresa fornecedora, para isso foi feita uma pergunta às empresas fornecedoras.

As empresas fornecedoras responderam que antes da sua extração lá no relatório a madeira é classificada, com isso na extração elas são cortadas e empilhadas conforme sua espécie, para posteriormente serem embarcadas nos caminhões, ainda em estado in-natura com documentação contendo origem / fornecedor / espécie / metragem / destino / comprador. Ao chegar a madeireira a árvore é serrada e transformada em madeira bruta para ser comercializada através da transportadora que será a "ponte" até o cliente que irá beneficiar a madeira e novamente comercializar.

Foi realizado perguntas sobre a frequência em que essas madeireiras do sul de Santa Catarina compram madeiras de lei de Rondônia. O gestor da empresa (C02), respondeu: *“As madeiras são compradas de acordo com as necessidades de produção e de acordo com a demanda. Produtos acabados como forro são comprados com uma frequência quinzenal e madeiras brutas em tábua e prancha numa frequência mensal”*. As demais empresas compradoras entrevistadas compram de duas a três vezes por mês, conforme a época de sazonalidade.

Quanto às dificuldades e oportunidades, não houve respostas iguais perante as empresas compradoras, o gestor da empresa (C01) vê como maior dificuldade a falta de transporte indo para Rondônia para trazer essas madeiras de lei para o sul de Santa Catarina principalmente em épocas em que há alagamentos na região norte do país, o gestor da empresa (C03), também vê dificuldade no transporte, só que em épocas de engarrafamentos nas rodovias. O gestor da empresa (C02) destacou a distância, a substituição da madeira por produtos semelhantes como o PVC, laminados e alumínio.

No caso das oportunidades o gestor da empresa (C01) mencionou o crescimento da demanda *“a principal oportunidade é que o mercado esta crescendo, houve nos últimos anos um grande aumento na demanda, de 2008 pra cá cresceu muito o número de vendas, especialmente para materiais de construção”*. O gestor da empresa (C03) tem a mesma visão, disse que o mercado da construção civil esta em alta.

Quanto à negociação entre empresas fornecedoras e compradoras, as madeiras compradoras responderam que não veem dificuldades, pois negociam diretamente com o proprietário ou representante da empresa.

Nos últimos anos houve aumento da comercialização, “em 2009, o consumo de produtos da indústria madeireira apresentou sinais de aumento em relação a 2008 e, em 2010, os resultados das entrevistas com diversos empresários mostram expectativa de recuperação e ampliação das vendas, relativamente a 2007” (SANTANA, SANTOS E OLIVEIRA, 2010, p.72).

4.6 DAS ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

Considerando todos os resultados obtidos com levantamento documental e as entrevistas, entende-se, que há espaço para crescimento do mercado de madeiras de lei. O setor tem enfrentado desafios igualmente crescentes em especial quando se observam as exigências e requisitos para extração, transporte e beneficiamento desta madeira. Esta constatação vai ao encontro de (OLIVEIRA et al., 1999), onde menciona a viabilidade econômica das madeiras que trabalham com madeiras nativas de Rondônia.

No entanto, os custos de transportes e de documentações analisados, não estão inviáveis, porém a tendência é que eles só aumentem. Isso acarretará em altos valores a serem pagos pelas empresas compradoras. Um dos maiores custo em se tratando de transportes, condiz com estudos realizados a mais de uma década, onde são constatados como custo à depreciação dos caminhões, seguido da manutenção, combustíveis e lubrificantes (OLIVEIRA et al., 1999).

Portanto, a madeira de lei está com alto valor agregado, mesmo decorrente aos altos custos, possui crescente demanda isso se deve por que ela é insubstituível quando comparado a outros tipos de madeira (pínus e eucalipto),

mesmo possuindo produtos parecidos não contém a mesma qualidade e durabilidade.

Quanto aos transportes, a curto e médio prazo não se vê modificações para esse setor, não há perspectivas. A tendência é continuar efetuando o transporte através de caminhões do tipo carreta.

5 CONCLUSÃO

Apesar da madeira de lei não ser devidamente reconhecida, na última década relatou-se crescente aumento em sua comercialização entre os estados de Rondônia e sul Catarinense, assim sendo, notou-se a importância de realizar um estudo para analisar as condições de comércio no setor madeireiro entre os estados.

Observou-se com a análise da pesquisa bibliográfica e levantamento documental, que os órgãos governamentais responsáveis pelo meio ambiente, têm atuado de forma mais rigorosa na região norte do Brasil, nos anos recentes. O IBAMA e o MMA juntos atuam contra o desmatamento, utilizando sistemas de monitoramento eficazes, aperfeiçoando cada vez mais os métodos para liberação do manejo florestal e da certificação ambiental, ainda que possua um quadro insuficiente de profissionais.

Nessa pesquisa, o principal objetivo foi apresentar e analisar as condições de comércio interestadual de madeira de lei entre os estados de Rondônia e Santa Catarina.

Foi possível verificar os principais requisitos para extração e certificação de madeira de lei no estado de Rondônia e o cumprimento desses requisitos, que permite comercializar essas madeiras para outros estados. Cumprir esses requisitos, também resulta em um menor índice de desperdício, podendo assim garantir a manutenção e prevenção da mata nativa.

O principal requisito para extração é o plano manejo florestal, pois com ele serão demarcadas quais as árvores que poderão ser retiradas. Esse plano requer investimentos com maquinários adequados, funcionários treinados e consultoria com o FSC.

Além deste resultado, também ficaram evidentes, através das entrevistas com os gestores, que a principal oportunidade é o aumento da demanda e o outro desafio é o transporte devido a falta de opções.

Observou-se assim, uma tendência de aumento dos custos para adquirir as madeiras de lei, devido às elevadas despesas com transportes, funcionários e com os requisitos legais como o manejo, licenciamento e certificação que são obrigatórios para extração e comercialização dessas madeiras.

Desta forma acredita-se que dentro dessa temática, é possível propor novos estudos que contemplem a comercialização de madeira, seja ela em outros estados, seja aplicada a um conjunto de empresas específico.

REFERÊNCIAS

- ABIMCI - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE MADEIRA PROCESSADA MECANICAMENTE. Da grande depressão ao fortalecimento da indústria. Disponível em: <http://www.abimci.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=164:da-grande-depressao-ao-fortalecimento-da-industria&catid=2:noticia&Itemid=39>. Acesso em: 25 mar. 2013.
- AMARAL NETO, M.; CARNEIRO, M. **Certificação florestal:** como aumentar a participação dos movimentos sociais e diminuir os impactos às comunidades. 2002. Disponível em: <<http://ibcperu.org/doc/isis/8327.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2013.
- BAPTISTA, S. G.; CUNHA, M. B.. Estudo de usuários: visão global dos métodos de coleta de dados. **Perspect. ciênc. inf.**[online]. 2007, vol.12, n.2, pp. 168-184. ISSN 1413-9936. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362007000200011>>. Acesso em: 19 jun. 2013.
- BASSO, V.; et. al. Contribuição da certificação florestal ao atendimento da legislação ambiental e social no estado de Minas Gerais. **Revista Árvore.** Viçosa-MG, v.36, n.4, p.747-757, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-67622012000400016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2013.
- CAVALCANTI, M. **Gestão estratégica de negócios:** Evolução, Cenários, Diagnósticos e Ação. 2 ed. São Paulo: Thomson, 2007.
- CBCS - CONSELHO BRASILEIRO DE CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL. **Como especificar, adquirir e receber madeira nativa legal.** 2012. Disponível em: <http://www.cbcs.org.br/userfiles/comitestematicos/materiais/CBCS_CTMateriais_Posicionamento_Como-especificar-adquirir-receber-madeira-nativa-legal.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2013.
- CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração Estratégica:** Planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.
- CHANDLER JR., A. D. Strategy and structure: chapters in the history of industrial enterprise. **Cambridge.** Massa: MIT Press, 1962.
- CLEMENT, C. R.; HIGUCHI, N.. **A floresta Amazônica e o futuro do Brasil. Cinc. Cult.** São Paulo, v. 58, n. 3, sept. 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252006000300018>. Acesso em: 23 abr. 2013.
- CURI, W. J. Projeção para nova dimensão econômica e integração comercial Rondônia – Bolívia – Peru. **Federação das indústrias do Estado de Rondônia – FIERO.** Porto Velho: SEBRAE, 1999. Disponível em: <http://www.fiero.org.br/downloads/anexos/proj_diagnostico_rondonia.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2013.

D'ACAMPORA, A. J. **Investigação científica: planejamento e redação**. Blumenau: Nova Letra, 2006.

FERRAZ, C; MOTTA, R. S. **Concessões florestais e Exploração de madeira no Brasil: Condicionantes para a sustentabilidade/** Cláudio Ferraz e Ronaldo Seroa da Motta; Brasília: MMA/PNF, 2002. Disponível em: <<http://ibcperu.org/doc/isis/7259.pdf>> Acesso em: 20 Abr. 2013.

FONTES, R. E.; et al. Estratégia de comercialização em mercados derivativos - descobrimento de base e risco de base da cafeicultura em diversas localidades de Minas Gerais e São Paulo. **Ciência e Agrotecnológica**. Lavras, v.29, n. 2, p. 382 – 389, mar./ abri., 2005.

GARRIDO FILHA, I. **Manejo florestal: questões econômicas – financeiras e ambientais**. Estudos avançados 16 (45), 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n45/v16n45a07.pdf> >. Acesso em: 22 abr. 2013.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Rev. adm. empres**. [online]. São Paulo, vol.35, n.2, p. 57-63, mar/abr, 1995. ISSN 0034-7590. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf> >. Acesso em: 20 jun. 2013.

GONÇALO, J. E. Gestão e comercialização de produtos florestais não madeireiros (pfnm) da biodiversidade no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. 26., 2006 Fortaleza. **Anais eletrônicos**. Fortaleza: ABEPRO, 2006. Disponível em: <http://ciflorestas.com.br/arquivos/doc_gestao_brasil_15136.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.

GONZAGA, A. L. **Madeira: Uso e conservação**. Brasília: Iphan, 2006.

GONZAGA, C. A. M. Marketing verde de produtos florestais: Teoria e Prática. **Floresta**. Curitiba, PR, v. 35, n. 2, mai./ago. 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/floresta/article/view/4623/3579>>. Acesso em: 16 maio 2013.

GOULARTI FILHO, A. A formação econômica em Santa Catarina. **Ensaio EFF**. Porto Alegre, v. 23, n.2, p. 977 – 1007, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2049/2431>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

IBAMA - **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**. 2013. Disponível em: <[HTTP://www.ibama.gov.br](http://www.ibama.gov.br)>. Acesso em: 16 maio 2013.

KIYOTA, N.; GOMES, M. A. O.. Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – região sudoeste do Paraná. **Organizações rurais e Agroindustriais**. Lavras, v.1 n.2, p. 43-54, ago/dez, 1999. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/294/291>> Acesso em: 18 out 2013.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico:** Procedimentos básicos, pesquisa Bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. **Técnicas de Pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. **Fundamentos de metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUFT, S. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia:** os desmatamentos nos jornais *o liberal* do Pará e a *crítica* do Amazonas. São Paulo: Annablume, 2005.

MACHIAVELLI, F. D. Pecuária Sustentável. **Vitrine da Conjuntura.** Curitiba, v.2, n.8, outubro 2009. Disponível em: <www.fae.edu/galeria/getImage/1/731424530173267.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da Investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2009.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia.** 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MMA- Ministério do meio ambiente. **Plano de Manejo.** 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

OLIVEIRA, D. P. R. **Estratégia empresarial e Vantagem competitiva:** como estabelecer, implementar e avaliar. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, A. D.; et al.: Análise Econômica na exploração, transporte e processamento de madeira de florestas nativas – o caso do município de Jaru, Estado de Rondônia. CERNE, V.5, N.2, P.013-025, 1999. Disponível em: <http://www.dcf.ufra.br/cerne/artigos/13-02-20093728v5_n2_artigo%2002.pdf>. Acesso em: 08 out. 2013.

PACHECO, V.; et al: Gestão de resultados na agricultura: o processo de armazenagem como estratégia de comercialização. **Custos e @gronegócio on line.** Recife, v. 5, n. 1, p. 62-75, Jan/Abr, 2009. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v5/gestao%20de%20resultados.pdf>>. Acesso em: 18 out 2013.

PEREIRA, J. C. R. **Análise dos dados qualitativos:** Estratégias Metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

POKORNY, B.; ADAMS, M. **Compatibilidade de conjuntos de critérios e indicadores para avaliar a sustentabilidade do manejo florestal na Amazônia Brasileira.** 2003. Disponível em:

<<http://books.google.com.br/books?id=GiizQBau4M0C&pg=PA47&dq=conceito+de+manejo+florestal&hl=pt-BR&sa=X&ei=B5TUY7LL6Hk0gGr0IDoCg&ved=0CD0Q6AEwAQ#v=onepage&q=conceito%20de%20manejo%20florestal&f=false>>. Acesso em: 15 maio 2013.

REVISTA CIÊNCIA E AMBIENTE. **Amazônia:** economia e políticas públicas. Rio Grande do Sul: Universidade federal de Santa Maria (UFSM). p. 85-101, 2006.

REVISTA NEWS.COM. **A atividade madeireira está no DNA:** A tradição da indústria madeireira atravessa gerações na Família Kirsch, pioneira de Sinop e, hoje, referência na atividade florestal. Pioneirismo. 5 ed. Cuiabá: Editora.com. p. 178, 2012.

ROBBINS, S. P. **Administração:** Mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2003.

SABOGAL, C; et al. **Manejo florestal empresarial na Amazônia brasileira:** Restrições e Oportunidades. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=en&lr=&id=UgfysxAbCvkC&oi=fnd&pg=PA25&dq=manejo+florestal&ots=IDmLXPvKAm&sig=SLh0FmOWBGUaUeAih_-e2URKxB0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 06 abr. 2013.

SANTANA, A. C.; et. al. Influência do desmatamento no mercado de madeira em tora da região mamuru-arapiuns, sudoeste do estado do Pará. In: SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 48., 2010, Campo Grande. **Anais eletrônicos...** Belém – PA, 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/104.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2013.

_____. Comportamento histórico da produção e comércio de madeira do estado do Pará nos mercados local e internacional. **Amazônia: Ci. & Desenv.** Belém, v. 6, n. 11, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/Revista/edicao_11/n11_comportamento_historic.pdf>. Acesso em: 21 out. 2013.

SANTOS, M. A.; et. al. Comportamento recente do setor florestal madeireiro no Estado do Pará, Brasil. **Revista Árvore**, Viçosa-MG, v.33, n.3, p.533-543, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rarv/v33n3/15.pdf> >. Acesso em: 13 maio 2013.

SÁ-SILVA, J. R.; et. al. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. V.1, n. 1, 15 p., jul., 2009. Disponível em: http://portaldoaluno.webaula.com.br/Biblioteca/Acervo/Basico/O01655/Biblioteca_104444/pesquisa%20documental.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2013.

SOUSA, T. G. **Estudo da viabilidade econômica da implantação de uma empresa de elaboração de projetos na área de preservação ambiental e uso sustentável da madeira de lei em Brasília- DF.** Planaltina- DF, 2008. Disponível em: <<http://www.upis.br/pesquisas/pdf/agronomia/2009/>>

Tito_Goldenberg_Sousa_AC_Estudo_viabilidade_econ%C3%B4mica_implanta%C3%A7%C3%A3o_empresa_elabora%C3%A7%C3%A3o_projetos_%C3%A1re.pdf>
Acesso em: 13 maio 2013.

VERÍSSIMO, A.; et. al. A **Expansão Madeireira na Amazônia**: Impactos e Perspectivas para o Desenvolvimento Sustentável no Pará. (A.C. Barros & A. Veríssimo, Eds.) (2ª Ed., p. 166). Belém: Imazon.

ZARIN, D. et al. **As florestas produtivas nos neotrópicos**: Conservação por meio do manejo sustentável?. São Paulo: Peirópolis, 2005. 511 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A - PERGUNTAS ELABORADAS PARA AS ENTREVISTAS NO INTUÍDO DE LEVANTAR INFORMAÇÕES SOBRE OS OBJETIVOS DESSE ESTUDO, SENDO CINCO PERGUNTAS DIFERENTES PARA CADA PÚBLICO-ALVO.

FORNECEDOR:

1. O senhor poderia descrever brevemente como se estabeleceu a sua empresa e como ingressou no setor madeireiro?
2. Quais os documentos que são obrigatórios para realizar o plano de manejo?
3. O senhor encontra dificuldades para extrair as madeiras? Quais?
4. Por quais procedimentos a madeira passa desde a extração até a chegada na madeireira? E da madeireira até a coleta da transportadora?
5. Quais os meios fiscais que a empresa precisa passar para que a madeira possa ser transportada para outro Estado?

COMPRADOR

1. O senhor poderia descrever brevemente como se estabeleceu a empresa e como ingressou no setor madeireiro?
2. Com que frequência você compra madeiras do Norte do Brasil?
3. Quais dificuldades ou oportunidades para comprar madeira de lei?
4. Você vê facilidade em negociar com madeireiros do Norte do Brasil?
5. O que o senhor pensa sobre a madeira de lei?

TRANSPORTADORAS

1. O senhor poderia descrever brevemente como se estabeleceu a empresa e como ingressou no setor?
2. Quais os meios de transportes que são utilizados para trazer essas madeiras?
3. Você encontra dificuldades com relação à fiscalização nas estradas? Quais?
4. Quanto em média o senhor cobra de frete para trazer essas madeiras de Rondônia para o sul de Santa Catarina?
5. Quais os custos envolvidos no transporte dessas madeiras entre esses dois estados?



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

O (a) senhor (a) foi selecionado (a) e está sendo convidadas (a) para participar da pesquisa intitulada Estratégias para comercialização interestadual de madeiras de lei: um estudo de caso nos estados de Rondônia e Santa Catarina, que tem como principal objeto de estudo apresentar e analisar/ avaliar as condições de comércio de madeira de lei entre empresas localizadas nos estados de Rondônia e Santa Catarina.

Seu depoimento e opiniões serão tratados de forma **anônima e confidencial**, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, salvo sob sua expressa autorização. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada, uma vez que seu nome será substituído de forma aleatória. Os resultados serão divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é **voluntária**, ou seja, a qualquer momento o(a) senhor(a) pode **recusar-se** a responder qualquer pergunta. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição que forneceu os seus dados, bem como na instituição na qual o(a) senhor(a) desenvolve suas atividades.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas a serem realizadas sob a forma de um roteiro-guia. A entrevista será gravada para posterior transcrição e análise – a transcrição será arquivada por cinco anos e descartada após esse período.

O(a) senhor(a) não terá nenhum custo ou qualquer compensação financeira. O benefício relacionado à sua participação será de aumentar o conhecimento científico para a área da Administração.

O(a) senhor(a) receberá uma cópia deste termo de consentimento livre esclarecido onde consta o e-mail da pesquisadora, e de seu orientador, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Desde já agradecemos a sua contribuição e colaboração no estudo proposto.

Prof. Dr. Miguelangelo Gianezini

Orientador

E-mail: miguelangelo@unescc.net

Cecília Carina Masieiro

Graduanda em Administração

E-mail: cc.masieiro@hotmail.com

Criciúma, ____ de _____ de 2013.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento.

ENTREVISTADO: _____

ANEXOS

ANEXO A



ANEXO B

ANEXO C

